

# Inclusão na Educação Profissional: Caminhos na Faetec

Lucindo Filho (\*)

## Introdução

*Não é de todo infeliz aquele que pode contar a si mesmo a sua história* (Maria Zambrano).

O Programa de Inclusão na Educação Profissional<sup>1</sup> foi estruturado na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – Faetec ao final do ano de 2003, a partir de uma solicitação feita pela Presidência da Fundação, à época exercida pelo Dr. Cláudio Mendonça.<sup>2</sup> Esta decisão estabeleceu como foco a possibilidade de acesso e participação de pessoas com deficiências nos cursos desenvolvidos nas unidades de ensino da instituição. Embora em meados de 2003 já tivesse ocorrido um processo seletivo para os cursos em nível pós-médio com reserva de vagas para pessoas com deficiências, e em novembro do mesmo ano apresentamos o Plano de Trabalho do Programa de Inclusão<sup>3</sup>, as ações somente ganharam efetividade no início do ano de 2004, com a montagem da Unidade de Gestão do Programa (UGP), vinculada à Vice-Presidência Educacional da Faetec<sup>4</sup> e da qual inicialmente fizeram parte as professoras Bianca Fogli, Margareth Neves e Sheila Fonseca; neste momento a Fundação já estava sob a presidência da Prof.<sup>a</sup> Terezinha Lameira.

---

(\*) Pedagogo, mestre em Educação, ex-diretor técnico do Instituto Benjamin Constant, planejou e gerenciou a implantação do Programa de Inclusão na Faetec, no período 2003 a 2006. Ex-diretor do Instituto Superior de Administração Pública (CEPERJ). Orientador pedagógico da Prefeitura de Duque de Caxias, professor especialista em Educação Especial da Faetec e consultor-pesquisador da Fundação Darcy Ribeiro.

<sup>1</sup> Programa Faetec de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais nas Oportunidades de Educação Profissional dos Níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

<sup>2</sup> Claudio Roberto Mendonça Shiphorst – presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói – foi secretário de Estado de Educação (1994 e 2004-2006), presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (2003) e presidente da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (2007-2009).

<sup>3</sup> O Plano de trabalho foi elaborado e apresentado em novembro de 2003 aos segmentos representativos das pessoas com deficiências e à direção do Banco Mundial, em reunião ocorrida no Palácio Guanabara.

<sup>4</sup> A Vice-Presidência Educacional exercia cumulativamente a gestão da Diretoria de Desenvolvimento da Educação.

A UGP passou a ser conhecida no âmbito da Fundação como Gerência do Programa de Inclusão (GPI) e inicialmente contávamos desenvolver o Programa com recursos do Banco Mundial. Entretanto, face diferenças de concepções entre as instituições, isto não foi possível. Assim, começamos a desenvolver as ações com recursos da própria Faetec. Nesse sentido, o artigo visa oferecer um relato histórico do movimento de democratização do acesso e da participação da diversidade humana na Educação Profissional, com enfoque privilegiado à inclusão de alunos portadores de deficiências.

### **Programa de inclusão na Faetec (2004/2006)**

O Programa de Inclusão foi estruturado na crença de que a inserção e efetiva participação de pessoas com deficiências no processo de formação profissional ganhariam efetividade por meio da: sensibilização da comunidade escolar quanto às barreiras atitudinais; identificação e eliminação das barreiras físicas; valorização de novas formas de ensinar; estabelecimento de foco nas necessidades e nos diferentes caminhos de aprendizagem; implementação de novos processos de avaliação e promoção da formação continuada dos professores e demais profissionais da educação. Ou seja, passava no nosso entendimento da época, não só da essencialidade da instrumentalização dos docentes e demais profissionais técnicos quanto aos saberes e práticas acumulados pela educação especial, mas como também da transformação da escola em ambiente favorável ao atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiências e ou aqueles com dificuldades graves de aprendizagem<sup>5</sup>.

As primeiras ações desenvolvidas pela Gerência do Programa de Inclusão se estabeleceram no sentido de sensibilizar gestores das unidades de ensino, equipes pedagógicas e professores de forma a criar uma aproximação com uma cultura da diversidade humana. Isto se deu por meio da realização de cursos de Braille, Libras, DosVox, Orientação e Mobilidade e diferentes processos de aprendizagem adequados às diferentes necessidades educacionais especiais; foi desenvolvido ainda um trabalho de acompanhamento junto às unidades de ensino de forma a dar suporte ao acesso de alunos com deficiência aos diferentes cursos de formação profissional. No segundo ano do Programa aproximadamente 2.000(dois mil) professores, instrutores e gestores educacionais já tinham sido sensibilizados e mobilizados em diferentes

---

<sup>5</sup> À época não cogitamos promover ações que atendessem às pessoas com altas habilidades.

momentos de formação e promoção da reflexão acerca não só do acesso, mas também da igualdade de condições de permanência e participação de alunos com deficiência nos cursos desenvolvidos na Faetec.

A formação continuada de gestores, professores e instrutores da rede Faetec se estabeleceu assim como ação primordial face à consistência do discurso comum: “não estudei ou não fui formado para atender alunos com deficiências”, constituindo esta fala o fundamento para a recusa deste aluno. O processo de formação também envolveu os profissionais de engenharia e arquitetura da Faetec no conceito do desenho universal; e buscou-se ainda o estabelecimento de parceria com a academia e centros de excelência como IBC e INES<sup>6</sup> e com a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação – Seeduc/RJ.<sup>7</sup>

Outro aspecto fundamental e que deu efetividade ao Programa, foi o acesso de alunos com deficiências às Escolas Técnicas situadas no Grande Rio, isto se deu inicialmente por meio da reserva de 30% das vagas no processo seletivo de 2004, como também pelo encaminhamento da Coordenadoria Estadual para Assuntos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CEAPPD<sup>8</sup> do primeiro grupo de alunos com deficiências. Tudo isto tornou visível na Faetec a presença da alteridade no cotidiano escolar.

Embora o Programa não contasse com um orçamento definido, a alta administração da Faetec promoveu a contratação de recursos humanos para a implementação do Programa, constituindo capítulo especial a seleção e contratação de intérpretes de Libras – Língua Brasileira de Sinais e a contratação de instrutores de Libras com o objetivo de formar os professores.

Ao fim do segundo ano de implantação do Programa de Inclusão este contava com a adesão das seguintes Escolas Técnicas: Ferreira Viana, Juscelino Kubistchek, Oscar Tenório, João Luiz do Nascimento, República, Henrique Lage, Santa Cruz, Visconde de Mauá, Herbert Daniel de Souza, Adolpho Bloch, os CETEPs situados em: Duque de Caxias, Xerém, Nilópolis,

---

<sup>6</sup> O IBC – Instituto Benjamin Constant –, instituição federal de ensino, centro de referência na educação de pessoas cegas e de baixa visão, localizada no bairro da Urca, Rio de Janeiro. O INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos –, uma instituição federal de ensino, localizada no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro. Ambas as instituições são vinculadas ao MEC.

<sup>7</sup> Os dados foram extraídos dos relatórios de gestão do Programa dos anos de 2004, 2005 e 2006.

<sup>8</sup> Órgão vinculado à Secretaria Estadual de Ação Social (RJ) e que assinou convênio com a FAETEC com a finalidade de dar apoio ao acesso de alunos com deficiências.

Barreto, Resende, Mangueira, Marechal Hermes, Quintino, Santa Cruz, o CETEP Armando Valle Leão, as Escolas de Ensino Fundamental localizadas no Barreto, Quintino, Marechal Hermes e os Institutos: ISERJ, ISEPAM, IST Rio de Janeiro, ISE Bom Jesus de Itabapoana. Até o fim de 2006, quando se encerrou um ciclo de gestão do Programa outras unidades de ensino se somaram a este trabalho, cabendo destacar que no âmbito dos CETEPs várias escolas desenvolveram ações importantes como é o caso da Escola de Hotelaria (Quintino) e a Escola de Mecânica (Marechal Hermes) entre outras.

No trabalho desenvolvido as parcerias constituíram capítulo especial, destacando-se as relações institucionais estabelecidas com as Universidades. Neste esforço buscamos em parceria com a UFRJ, com a mediação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Pereira dos Santos, o desenvolvimento de um INDEX para um Programa de Inclusão na Escola Pública, esta situação não se efetivou por falta de recursos. Podemos apontar ainda que constituiu ação relevante, o início do processo de construção do Dicionário de Termos Técnicos em LIBRAS com o engajamento do IST Rio de Janeiro e da ETE Adolpho Bloch.

No terceiro ano do desenvolvimento do Programa fizemos a reflexão que embora tenhamos perseguido em nossas ações a transformação da escola, mas o que ficou de concreto, foi o oferecimento da Educação Especial como modalidade nos diferentes níveis de ensino e cursos oferecidos pela Faetec, o que constituía uma visão e resultados restritos do processo; pois como promover a inclusão de pessoas com deficiências em uma Fundação cujas unidades de ensino por diferentes caminhos e práticas excluía o tempo todo? Que não criavam as oportunidades da participação plena por variáveis que no plano intraescolar espelhavam as dificuldades de implementação de um processo de gestão democrática e da transformação da cultura e prática pedagógica por um processo de aprendizagem mais participativo e fomentado na pesquisa e iniciação científica?

Entre os diferentes aspectos visualizados, não podemos deixar de apontar a nossa preocupação com o sentido social construído por docentes, equipes técnicas e gestores, de uma visão elitista, seletiva e excludente, o chamado “padrão Faetec”, lugar onde se situa a concepção de qualidade da educação e por onde não se entende a instituição enquanto escola pública, como um lócus de educação profissional para todos. O que acaba se espelhando nos elevados percentuais de retenção registrados na maioria dos cursos de nível médio técnico. Observa-se

que, em geral, não há nas escolas programas de recuperação e de apoio à aprendizagem, conformando-se assim o caminho seguro para a exclusão dos que ficam pelo meio do caminho. Outro aspecto que chamou a nossa atenção constituiu a dicotomia entre a formação geral e a formação para o trabalho, não havendo um diálogo entre estas duas formações.

Cabe destacar que pensar a inclusão na educação profissional é entender a categoria trabalho<sup>9</sup>, em sua centralidade, conforme aponta Marx (1987), sendo assim um valor de uso, essencial à vida humana. A partir desta centralidade, consideramos educação e trabalho como práticas fundantes do indivíduo, conforme acentua Saviani (2007, p. 154):

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

No que tange a questão da inclusão, esta vem sendo tratada no âmbito da educação, como de resto em outras áreas de formulação de políticas, como ação focal, voltada para equacionar a questão social da exclusão. Assim, esta temática aparece freqüentemente associada à idéia da “colocação”<sup>10</sup>, ou seja, o lugar em que grupos historicamente excluídos (pessoas com deficiências<sup>11</sup>, grupos étnicos, minorias sociais, minorias culturais e grupos discriminados pelo gênero ou orientação sexual) serão escolarizados. Quando referenciamos a proposta da inclusão

---

<sup>9</sup> O trabalho é o principal fundamento da cidadania, considerando que a cidadania comporta uma dimensão econômica e uma dimensão social. O trabalho e especialmente sua forma dominante, o trabalho assalariado, emancipou os trabalhadores do visco das sujeições locais; os camponeses, das tutelas da tradição e dos costumes; a mulher da reclusão na ordem doméstica. Assim, na sociedade contemporânea, e para a maioria de seus membros, é o fundamento de uma cidadania econômica. Também está no princípio da cidadania social: esse trabalho representa a participação de cada um numa produção para uma sociedade e, portanto na produção da sociedade (Castel, 1998, p. 580).

<sup>10</sup> “Colocação” – Proposta de inclusão na Educação, cujo objetivo é definir o *lócus* de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, representa o reconhecimento que toda pessoa tem direito à Educação, ou seja, a grande preocupação é o acesso à Educação (Sánchez, 2005, p. 13).

<sup>11</sup> Pessoas com deficiências – Embora na Legislação Brasileira apareça o termo pessoas portadoras de deficiências, a sociedade civil organizada adota o termo pessoas com deficiência, também adotado neste trabalho.

no processo educacional pela necessidade de “incluir os excluídos” corremos o risco de estar tratando a questão social da exclusão<sup>12</sup> de forma homogênea, como afirma Castel (1997, p. 22).

Focalizar a atenção sobre a exclusão apresenta o risco de funcionar como uma armadilha, tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão economiza-se a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais; descreve-se da melhor forma estados de despossuir, mas criam-se impasses sobre os processos que os geram; procede-se a análises setoriais, renunciando-se à ambição de recolocá-las a partir dos mecanismos atuais da sociedade.

O estabelecimento de uma política de inclusão como política focal, significa a não implementação de uma política universal, que constitui ter uma preocupação com todos aqueles que cotidianamente são excluídos das escolas por suas diferenças ou desigualdades.

A permanente reconstrução de conceitos e práticas no âmbito da Gerência do Programa de Inclusão ganhou corpo não só com as vivências como também pela ampliação do grupo, com as participações das professoras Terezinha Ramos, Elizabeth Canejo, Ana Helena, Ana Cristina, Léa Dina, Tatiana Carvalho, Kátia Vanffossen, Cristina Lacerda, a instrutora de Libras Viviane e inúmeros outros colaboradores. Aliás, a questão da participação de colaboradores constitui um capítulo especial, destacando-se a participação da Profa. Dra. Mônica Pereira dos Santos (UFRJ) e da Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa (UFF), que sempre que chamadas a colaborar o fizeram no interesse maior de ver implementado na Faetec processos de conformação de políticas, culturas e práticas inclusivas na educação.

Outro aspecto que percebemos com o decorrer do trabalho é que a inclusão na educação não devia ser vista como uma ação política afirmativa, ou como elemento de amenização das ações políticas neoliberais que questionam a própria noção social de direito e de igualdade (Gentili, 1996), mas como processo de luta dos movimentos sociais organizados na arena pública, pela conquista do direito à educação, e também pela transformação da educação em elemento de mudança das desigualdades sociais. Isto na realidade escolar nos levou a considerar a afirmação de Florestan Fernandes (1989) “que a educação precisa ser democrática na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais”.

---

<sup>12</sup> A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo, em uma situação limite significaria se encontrar fora dos circuitos vivos das trocas sociais (Castel, 1995). É um estado de relações que se explica pela forma como se pertence (Santos, 1995).

Embora no grupo gestor do Programa não tivéssemos uma unidade de pensamento no sentido de uma educação democrática e transformadora, pois alguns estavam excessivamente presos a uma associação entre inclusão e educação especial, uma visão tecnicista; gradativamente ganhou centralidade em nossas preocupações a questão da relação da Educação com o todo; sinalizava-nos o cenário social de exclusões, de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais e principalmente a transformação da educação não em direito social, responsabilidade do Estado, mas em valor de troca, em mercadoria, o que nos faria à indagar: é possível construir caminhos de inclusão, de igualdade e de cidadania no e pelo espaço escolar neste amplo cenário de contradições?

Neste percurso, houve momentos de crises internas, o que exigiu inúmeros debates e reflexões. Como consequência, sem deixar de lado as demandas instrumentais específicas, pois no imaginário da comunidade escolar esta parecia ser uma questão fundamental, a equipe técnica do GPI sentiu a necessidade de revisar a missão do Programa, redefinindo-a para a seguinte proposta: *implementar uma política de inclusão na educação capaz de reconhecer os processos e dinâmicas responsáveis pelas exclusões e aprofundamento das desigualdades, de forma a favorecer a inclusão por meio de uma educação transformadora*. Esta nova visão significou estabelecer processos de aproximação com a realidade escolar, buscando compreender como se conformavam os diferentes caminhos e dinâmicas das práticas de inclusão/exclusão na Faetec.

Assim é que foi implementado nas unidades escolares situadas no Grande Rio<sup>13</sup>, projeto de formação continuada de mediadores, profissionais de educação representantes de cada unidade escolar envolvida, e que teriam o papel de ser o elo entre a equipe gestora do Programa e suas respectivas unidades de ensino, promovendo estudos, reflexões sobre as práticas desenvolvidas e exercendo papel mobilizador quanto às questões pertinentes à construção de uma escola democrática.

Podemos afirmar que esta ação desenvolvida sob a forma de pesquisa participante conformou no grupo, o significado que atribuímos ao termo inclusão na educação<sup>14</sup> entendendo-

---

<sup>13</sup> Neste momento tivemos a ampliação do número de unidades participantes do Programa, destacando-se: IST Paracambi, CETEP Paracambi, ETE Maria Mercedes e CETEP São Pedro da Aldeia.

<sup>14</sup> O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem

o como processo, que não se reduz à ressignificação da Educação Especial<sup>15</sup> ou à inclusão (“colocação”) de grupos excluídos de longa data, mas movimento que objetiva tornar real no espaço escolar, a constituição de uma “educação civil democrática”<sup>16</sup> (Singer, 1996), compromissada em favorecer e construir dinâmicas e relações pedagógicas e sociais mais iguais, justas, democráticas e menos ancoradas na meritocracia hegemônica excludente.

O Programa nesta fase teve por escopo: buscar a valorização do servidor de carreira na representação da unidade gestora, como um dos caminhos para a promoção de uma educação de qualidade; acompanhar o trabalho das unidades de ensino no que tange às práticas educativas voltadas para o reconhecimento e valorização da diversidade humana; implementar oportunidades de desenvolvimento de uma cultura acerca da diversidade para toda comunidade escolar, e desenvolver projetos na busca de financiamento das ações planejadas para o desenvolvimento do Programa. Chegamos a elaborar, com o apoio de consultores, plano diretor de acessibilidade que envolveu os campus de Quintino, Marechal Hermes, Santa Cruz e Barreto, mas que não foi implementado por falta de recursos.

As ações desenvolvidas objetivaram ainda, provocar um processo de sinergia e ressignificação das unidades de ensino e serviços especializados como: a Escola Especial Favo de Mel (unidade especializada na educação de pessoas com deficiência intelectual), o CERPI (Centro de Reabilitação Psicomotora Infantil,) ambos passaram a atuar como serviços especializados ao processo de apoio à inclusão, por meio do Projeto de Apoio à Inclusão – PAI e do Centro de Reabilitação e Prevenção em Saúde na Educação – CERPSE.

Entretanto, empiricamente, ficava um forte sentido de que as questões conceituais e fundamentais, para o entendimento e promoção de uma escola democrática e inclusiva, não constituíam o eixo central nas culturas e práticas desenvolvidas nas unidades de ensino a partir

---

reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino e quaisquer outros recursos de forma a tornar ou assegurar uma educação efetiva (Declaração de Salamanca, 1994, p.61).

<sup>15</sup> Por Educação Especial, modalidade da Educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a Educação escolar e promover o desenvolvimento de potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (MEC, Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, art. 3º).

<sup>16</sup> Para Singer a educação civil democrática, encara a educação e a escola como espaço de processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia.

do movimento de inclusão. Questões como igualdade e cidadania pareciam ceder lugar a questões de ordem metodológica e de como se trabalha na educação com pessoas com deficiências. Esta situação colocaria o movimento de inclusão na educação na Faetec em consonância com o que na minha visão, parece ocorrer na chamada política de inclusão na realidade educacional brasileira, ou seja, a questão central da chamada política de inclusão na educação é uma questão de ordem metodológica, de infraestrutura, como também de organização e gestão, e está focalizada na questão do acesso e permanência de pessoas com deficiências na escola. Dessa maneira além de constituir política focal é um esforço que tem como principal estratégia o oferecimento da educação especial como modalidade nos diferentes níveis de ensino, não raro presa as concepções do paradigma da integração.

Vivida a experiência, estas questões foram por mim investigadas na dissertação de mestrado intitulada *Inclusão na Educação Profissional: barreiras e possibilidades para a promoção da igualdade e construção da cidadania*, defendida em janeiro de 2008.

### **A pesquisa sobre o movimento de inclusão na Faetec**

Na pesquisa que me propus a fazer no mestrado busquei investigar os processos e as dinâmicas desenvolvidas no Programa de Inclusão na Educação Profissional na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Procurei saber como gestores e profissionais da educação, participantes do Programa, expressavam a compreensão e a reflexão sobre as barreiras, e as possibilidades, da escola em se constituir em espaço de promoção de igualdades, de valorização da diversidade e de promoção da cidadania.

Esta questão, que orientou o desenvolvimento do trabalho, se conformou não só a partir da experiência vivenciada, mas também da preocupação com a flagrante dualidade existente em nossa educação, que condena expressivo contingente de crianças e jovens a não participação das oportunidades proporcionadas pela educação, seja pela exclusão precoce, ou pela condenação de só ter acesso, a uma escola pública, que proporciona uma educação de 2ª classe, onde o fracasso escolar, como afirma Ribeiro (1996), parece não ser problema, mas verdadeiramente um projeto.

O referencial teórico primeiramente teve como eixo o contexto das relações entre capital e trabalho, o mundo do trabalho e suas transformações ocorridas ao longo do século XX, e como

esta realidade repercutiu na Educação Profissional no Brasil. O segundo eixo conceitual foi estruturado com base na evolução dos conceitos de igualdade e cidadania e a sua correlação com os processos de inclusão/exclusão presentes nas políticas sociais e nas políticas de educação para o trabalho.

Ao buscarmos respostas sobre a compreensão e reflexão dos atores envolvidos, na rede Faetec, sobre as barreiras e possibilidades da escola se constituir em espaço de promoção de igualdades, valorização da diversidade e promoção da cidadania, alguns aspectos se apresentaram como importantes, chamando a nossa atenção:

- A percepção pelos gestores e equipes técnicas da importância das categorias igualdade e cidadania quando se trata de repensar a escola em sua ruptura com padrões que não estão centrados nos atores do processo educacional e que não reconhecem os direitos da alteridade.
- A importância do estreitamento dos espaços entre os atores na definição de políticas, de forma a que estas não se tornem verticalizadas e não sejam a expressão de grupos dominantes. O quanto a não opção por um modelo de gestão democrática e participativa na educação abre espaço para a imposição de projetos não discutidos com a comunidade escolar.
- A dificuldade que se apresenta na percepção dos atores na relação da igualdade com a alteridade, é como se a diferenciação dos direitos em atenção à diferença fosse uma traição à igualdade.
- A cristalização no pensamento dos atores da confinamento da alteridade, em especial as pessoas com deficiência, em espaços destinados a ela.

Os dados levantados pela pesquisa relevaram alguns fatores, que a nosso ver contribuíram para o adequado desenvolvimento do Programa de Inclusão na Faetec: a definição no Plano de Gestão da Faetec de política educacional em conformidade com valores universais; a estruturação de unidade de gestão para mediar e acompanhar a implementação desta política; a mobilização dos atores, com a criação de espaço de participação para o debate e reflexão; a implementação de uma política de formação dos trabalhadores de educação; a melhoria, ainda que pequena, das condições de acesso e permanência de alunos com deficiências.

Na nossa compreensão, estes principais aspectos que emergiram dos dados da pesquisa, confirmaram a nossa convicção da importância da definição no espaço escolar de espaços para a participação da comunidade escolar no debate e reflexão sobre as práticas educacionais como importante instrumento de mudança da escola; que é possível promover uma educação mais justa, democrática e de qualidade. Entretanto também evidencia que a adoção de princípios, diretrizes e valores por si não bastam, é preciso garantir a efetividade por meio de orçamento adequado que contemple as demandas apresentadas. Por fim, ressaltamos a importância da adesão dos educadores para o desenvolvimento de políticas de educação, da efetiva participação destes em sua formulação, o que exige a permanente reflexão do educador quanto aos valores e práticas da educação que se busca democrática.

### **A inclusão na educação: 2007 – tempos atuais**

Com a mudança no quadro de gestão da Faetec a primeira inovação constituiu a institucionalização do Programa com a criação na estrutura organizacional da Fundação da Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional.

A Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional – DIVIN – foi estruturada em: NEAPI – O Núcleo de Estudos e Apoio Pedagógico à Inclusão; NEERA – Núcleo de Estudos Étnico-Raciais e Ações Afirmativas; NUPAD – Núcleo de Prevenção em Dependência Química; SESO – Serviço Social. A institucionalização do Programa com a criação da DIVIN e de sua nova estrutura a princípio proporcionou a ampliação das ações em especial com o Núcleo de Estudos Étnico-Raciais, entretanto a política empreendida continuou sob a perspectiva de política focal, isto é, voltada para atender as necessidades de grupos específicos.

As mudanças nos quadros de gestão da Faetec e em especial na própria condução do Programa, trouxeram outras concepções, por onde se estabeleceu foco operacional no sentido de garantir o oferecimento da educação especial como modalidade em todos os níveis de ensino. Esta maneira de olhar o processo de inclusão na educação ganhou força com a edição da Resolução CNE/CEB Nº 4, de 02 de outubro de 2009, que instituiu as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, na perspectiva da educação especial inclusiva. Esta resolução consagra o princípio da participação dos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular e o oferecimento do atendimento educacional

especializado de maneira complementar ou suplementar no contra turno. O MEC vem estimulando a implementação de sala de recursos multifuncionais para tornar efetiva esta política, inclusive garantindo em conformidade com a lei o financiamento da segunda matrícula aos alunos participantes do atendimento educacional especializado.

A Faetec, por meio da DAIE/DIVIN<sup>17</sup> a partir de 2010 vem implementando nas unidades de ensino as salas de recursos multifuncionais, aliado a esta medida neste mesmo ano foi promovido um concurso que oportunizou o acesso de aproximadamente quarenta profissionais especialistas em educação especial ou em educação inclusiva<sup>18</sup> com a função de dinamizar estas salas de recursos; considero que o concurso realizado traz um forte significado de valorização profissional.

Por outro lado observamos que nos tempos atuais foram descontinuados os processos de formação permanente dos profissionais de educação, assim como as atividades voltadas a sensibilização e mobilização na perspectiva da construção da escola democrática e dos processos de inclusão na educação.

## **Conclusão**

Paradoxal, mas não surpreendentemente, enquanto se promove a “inclusão” nas unidades de ensino da Faetec, as Escolas Técnicas continuam retendo os alunos em níveis elevados, algumas beirando os 35% de retenção. Esta prática está de tal ordem cristalizada que não causa repercussão o expressivo número de alunos que abandonam os cursos. É o retrato de uma cultura excludente, em que as práticas escolares se situam em uma zona de resistência à mudança. As unidades de ensino não submetem suas práticas a uma reflexão, não se ressignificam, não se questionam quanto aos seus processos e dinâmicas. Não raro, sequer apresentam um Projeto Político-Pedagógico que contemple os valores e princípios de uma escola preocupada com o sucesso de todos ou que a situe em uma perspectiva civil cidadã.

Todo este quadro me leva a reafirmar a descrença de que a oferta da educação especial como modalidade na perspectiva do atendimento educacional especializado seja o bastante para

---

<sup>17</sup> Diretoria de Articulação Institucional da Educação.

<sup>18</sup> Perfil do profissional selecionado pelo concurso e que bem retrata entendimento dominante da permeabilidade entre inclusão na educação e educação especial.

promover a inclusão ou a igualdade de condições no processo de participação nas atividades escolares. Por outro lado, fundamento minha posição no conceito de que a inclusão em educação deve tomar como preocupação a aprendizagem e a participação de todos os alunos que estejam sob pressões excludentes, e não apenas aqueles rotulados sob o conceito de necessidades educacionais especiais.

Igualmente importante, é necessário considerar que este processo, que se situa na ordem da democratização da educação, incorpore uma visão sistêmica, em que concomitante à oferta de instrumentais e recursos metodológicos voltados a desmontar barreiras no acesso à formação e ao conhecimento, que a escola seja repensada em seus processos e dinâmicas de gestão, políticas de formação continuada de professores, avaliação e monitoramento de resultados, políticas de acessibilidade, maior integração curricular entre formação geral e formação para o trabalho, a conformação de uma proposta curricular multicultural e, principalmente, que o reconhecimento e a valorização da diversidade humana estejam presentes no Projeto Político-Pedagógico e nos demais espaços de planejamento da vida escolar.

Devemos considerar ainda que o desenvolvimento do processo de inclusão na educação põe em destaque o debate e a reflexão acerca da democratização da educação, situação que cria a necessidade de também discutir e refletir sobre as nossas políticas, culturas e práticas de igualdade. É um engano pensar que a igualdade de todos perante a lei traz a reboque a igualdade material e o reconhecimento e a valorização da diversidade.

A reflexão sobre a igualdade leva a indagar, com base no art. 206 da Constituição Federal<sup>19</sup>, se as condições proporcionadas às crianças e aos jovens das camadas populares na escola pública permitirão assegurar-lhes a igualdade, no seu processo de desenvolvimento.

Então, se quisermos refletir sobre estes princípios na educação pública brasileira, devemos ampliar a análise para o processo histórico de conformação da nossa escola pública e fazer a releitura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>20</sup>, que constitui um marco de nossas preocupações com o direito de todos à educação pública gratuita e de qualidade.

---

<sup>19</sup> Este artigo da CF traz a preocupação com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

<sup>20</sup> Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – documento datado de 1932, que defendia uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Redigido por Fernando de Azevedo, foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto e Cecília Meireles (Bomeny, 1991).

Quero afirmar, por fim, que é preciso não ter medo de ousar e ampliar o conceito e o sentido de inclusão em educação, para além da oferta dos serviços da educação especial. A concretização deste objetivo em realidade exige esforços no sentido da construção de uma escola democrática e participativa. O que leva a necessidade de debater e ampliar os processos de participação da comunidade escolar; buscar interfaces e intersectorialidades, valorizando a educação em seu processo continuado; ampliar o debate sobre o currículo e promover a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação. Assim, estaremos no caminho de uma educação para todos, mas não de uma educação voltada à homogeneização, às políticas focalizadas e às visões elitistas. Mas, sim, a educação democrática, que valoriza a diversidade e as práticas heterogêneas, que busca a autonomia e a formação de cidadãos conscientes e ativos, que busca a efetivação da educação para o trabalho como um direito humano fundamental.

## Referências

- BOMENY, H. “Utopias de cidade: as capitais do modernismo”. In: GOMES, A.C. (org.), *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 144-161.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Resolução nº 02. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Resolução nº 04*. Brasília: MEC/ SEESP, 2009.
- CASTEL, R. “As armadilhas da exclusão”. In: \_\_\_\_\_, *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais*. Brasília, 1994.
- FERNANDES, F. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILI, P. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: GENTILI, P. e SILVA, T. T. (orgs.), *Escola S. A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.
- MARX, K. *O capital: política da economia política*. São Paulo: Difel, 1987.
- OLIVEIRA, F. “Quem tem medo da governabilidade?”. São Paulo: Cebrap, *Novos Estudos*, n. 41, março de 1995.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, B. *A construção multicultural da igualdade e a diferença*. Rio de Janeiro: VII Congresso Brasileiro de Sociologia, 1995.
- SAVIANI, D. “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”. Rio de Janeiro: Anped, *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.
- SILVA FILHO, L. F. *Inclusão na Educação Profissional: barreiras e possibilidades para a promoção da igualdade e construção da cidadania*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UNESA, 2008.
- SINGER, P. *Poder, política e educação*. Rio de Janeiro: Anped, *Revista Brasileira de Educação*, v.1, n.1, 1996, p. 5-15.

**Resumo:** O presente texto toma por base palestra por mim realizada em 2009, quando da comemoração dos 06 anos de existência do Programa de Inclusão na Fundação de Apoio à

Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Constitui assim exercício de sistematização, com o objetivo de propiciar um relato histórico desse movimento de democratização do acesso e da participação da diversidade humana na Educação Profissional. Também retratamos a análise dos processos e das dinâmicas desenvolvidas pelo Programa, como apresentado em minha dissertação de mestrado intitulada “Inclusão na educação profissional: barreiras e possibilidades para a promoção da igualdade e construção da cidadania” (UNESA, 2008).

**Palavras-chave:** Inclusão na educação; Educação profissional; Diversidade; Pessoa com deficiência.

**Abstract:** This text is based on speech made by me in 2009 when the celebration of 06 years of existence of the Inclusion Program at the Foundation for Support to Technical College of the State of Rio de Janeiro. So exercise is to systematize with designed to provide a historical account of this movement for the democratization of access and participation of human diversity in Vocational Education. We portray the analysis of dynamic processes and developed the program, as presented in my Master's Thesis: “Inclusion in professional education: barriers and possibilities for the promotion of equality and citizenship building” (UNESA, 2008).

**Keywords:** Inclusion in education; Professional education; Diversity; Persons with disabilities.

Recebido em: 28/09/2011

Aceito em: 07/02/2012